

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELIGIOSIDADE NA VIVÊNCIA DE MULHERES BRASILEIRAS IMIGRANTES: PERCEPÇÕES DA PSICÓLOGA DE UM CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM PORTUGAL

Domestic violence and religiosity in the experience of immigrant Brazilian women: perceptions of the psychologist of a Brazilian General Consulate in Portugal

Violencia doméstica y religión en la experiencia de mujeres brasileñas inmigrantes: percepciones de la psicóloga desde el Consulado General de Brasil en Portugal

BEATRIZ DE SOUSA NEVES¹

MARTA HELENA DE FREITAS²

LUCIANA DA SILVA SANTOS³

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, BRASIL

FÉLIX NETO⁴

UNIVERSIDADE DO PORTO, FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, PORTUGAL

Resumo: Atualmente, muitas mulheres brasileiras que vivem em Portugal são vítimas de violências. Nesse contexto, a religiosidade pode ser, dentre outros fatores, um recurso no modo de lidar com essas experiências, em particular nos casos de violência doméstica. Considerando que psicólogos/as de Consulados-Gerais podem receber tais demandas, o presente trabalho teve como principal objetivo investigar as percepções da psicóloga de um Consulado-Geral do Brasil em Portugal sobre as vivências das mulheres brasileiras imigrantes nesse país, assim como as suas percepções sobre o papel da religiosidade nessas vivências, especialmente frente à violência doméstica. O estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa, de alcance exploratório. A análise da descrição, obtida por meio de entrevista semiestruturada, aconteceu de acordo com o método empírico-fenomenológico de Amedeo Giorgi. Segundo a psicóloga, a violência doméstica sofrida por essas mulheres constitui-se na maior demanda por ela atendida, dentre as que lhe são encaminhadas pelo Consulado. Em sua percepção, embora a religiosidade tenha papel relevante na saúde mental dos/as imigrantes, pode ter também influência negativa sobre o modo como as mulheres lidam com a violência em questão. Isso aponta para a importância de que tanto a violência doméstica quanto a religiosidade, sob o viés de gênero, venham a ser temáticas inseridas em debates e estudos a respeito do processo migratório.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Religiosidade; Mulheres Brasileiras Imigrantes; Portugal.

Abstract: *Currently, many Brazilian women living in Portugal are victims of violence. In this context, among other factors, religiosity may be a resource to deal with these experiences, particularly in cases of domestic violence. Considering that Psychologists from General Consulates may receive such demands, the main objective of this study was to investigate the perceptions of a psychologist of a Brazilian Consulate in Portugal about the experiences of Brazilian immigrant women in that country, as well as their perceptions about the role of religiosity in these experiences, especially in relation to domestic violence. The study consisted of a qualitative research with exploratory scope. The analysis of the description, obtained through a semi-structured interview, occurred according to the Amedeo Giorgi's*

¹Psicóloga pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Bolsista Técnica de Nível Superior (FAPDF) do Laboratório de "Saúde Mental, Religião e Cultura" da UCB. End.: Universidade Católica de Brasília, Campus Avançado Asa Norte - SGAN 916, Módulo B Avenida W5, sala A016 - CEP: 70790-160 - Brasília, DF, Brasil. Tel.: (61) 9 9105-8722. E-mail: beatrizdesousaneves@gmail.com, ORCID 0000-0001-5218-3935.

²Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica e da Cultura (UnB), Pós-Doutora em Psicologia da Religião (University of Kent at Canterbury, UK) e Psicologia Intercultural (Universidade do Porto, Portugal). Professora pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCB. E-mail: mhelenadefreitas@gmail.com, ORCID 0000-0003-1552-6016.

³Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica e da Cultura (UnB), Professora pesquisadora do Curso de Graduação em Psicologia da UCB. E-mail: lucianasantosp@gmail.com, ORCID 0000-0002-2280-3483.

⁴Psicólogo, Doutor em Antropologia Normal e Patológica pela Universidade de Paris V e École des Hautes Études em Sciences Sociales, França, e em Psicologia Social, pela Universidade do Porto, Portugal, onde exerce atualmente as funções de Professor Catedrático do Grupo de Psicologia e de Diretor do Programa Doutoral em Psicologia, ligado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. E-mail: fneto@fpce.up.pt, ORCID 0000-0003-0112-880X.

empirical-phenomenological method. According to the psychologist, the domestic violence suffered by these women constitutes the greatest demand in her psychotherapeutic work with patients referred by the Consulate. In her view, although religiosity has a relevant role in the immigrant's mental health, it may also have a negative influence on the way these women deal with the violence in question. These findings point to the importance that both domestic violence and religiosity, under the gender bias, should be thematics inserted in debates and studies about the migratory process.

Keywords: Domestic violence; Religiosity; Immigrant Brazilian Women; Portugal.

Resumen: *Actualmente muchas mujeres brasileñas que viven en Portugal son víctimas de violencias. En este contexto, la religiosidad puede ser, entre otros factores, un recurso en la forma de lidiar con las experiencias de maltrato, en particular en los casos de violencia doméstica. Considerando que los psicólogos de los Consulados Generales pueden atender tales demandas, el presente estudio tuvo como objetivo investigar las percepciones de una psicóloga del Consulado General de Brasil en Portugal sobre las vivencias de mujeres brasileñas inmigrantes en este país, así como sus percepciones sobre el papel de la religión en estas vivencias, especialmente frente a la violencia doméstica. El estudio consistió en una investigación cualitativa, de alcance exploratorio. El análisis de la descripción, obtenida por medio de una revista semiestructurada, se desarrolló de acuerdo con el método empírico-fenomenológico de Amedeo Giorgi. Según la psicóloga, la violencia doméstica sufrida por estas mujeres constituye la mayor demanda atendida, entre las que le son remitidas por el Consulado. En su percepción, aunque la religión tiene un papel relevante en la salud mental de él/la inmigrante, puede tener también influencia negativa sobre el modo cómo estas mujeres reaccionan a la violencia en cuestión. Esto apunta a la importancia de que tanto la violencia doméstica como la religión, bajo el sesgo del género, sean temáticas incluidas en debates y estudios acerca del proceso migratorio.*

Palabras clave: violencia doméstica; religión, Mujeres Brasileñas Inmigrantes; Portugal.

Introdução

Nos últimos anos, vem crescendo rapidamente o número de imigrantes internacionais em todo o mundo. Segundo dados das Nações Unidas, em 2000, o número de imigrantes internacionais correspondia a 173 milhões de pessoas. Em 2010, esse número aumentou para 222 milhões, alcançando a marca de 244 milhões, em 2015 (United Nations [UN], 2016). Tais índices podem ser ainda maiores, considerando-se a existência dos imigrantes em situação irregular, que são desconhecidos para esses cálculos.

Cabe destacar que os fluxos migratórios têm passado por um processo de feminização, ou seja, é grande o número de mulheres que têm se lançado em migrações transnacionais. Desde os anos 2000, o número de mulheres migrantes aumentou em todos os continentes, menos na Ásia e na África. Em 2015, elas correspondiam a 48% do total de migrantes internacionais (United Nations [UN], 2016). As mulheres sempre estiveram presentes nos fluxos migratórios, mas não eram vistas como autônomas nesse processo até a segunda metade do século XX, quando eram consideradas apenas como aquelas que acompanhavam os maridos e filhos rumo a um novo país. Somente a partir de 1970, com a inserção de uma perspectiva teórica que considera o gênero, a raça e a etnia nos estudos migratórios, é que essa

particularidade começou a ganhar visibilidade (Asis, 2007); embora ainda se perceba uma concepção intelectual da migração, tanto interna quanto internacional, como um fenômeno basicamente masculino (Dutra, 2017).

De todo modo, atualmente, cada vez mais as mulheres migram sozinhas, muitas vezes em busca de independência, seja ela econômica ou afetiva (Neves, Nogueira, Topa & Silva, 2016). Essa mudança pode permitir que mulheres escapem de situações opressivas vivenciadas no seu contexto de origem, como por exemplo, conflitos, violência, discriminação, restrições culturais ou papéis opressivos de gênero (United Nations Population Fund [UNFPA], 2015). Porém, infelizmente, nem sempre elas conseguem alcançar, através da migração, uma vida sem violência, pois, no país de destino elas podem continuar vulneráveis a essa ação. Isso acontece, primeiramente, pelo fato da vítima ser mulher e sujeita às discriminações decorrentes das construções sociais de feminilidade e masculinidade (Santos & Izumino, 2005), mas também devido às desigualdades de gênero existentes tanto no local de origem quanto no de destino, o que pode se agravar devido ao seu *status* de estrangeira (International Organization for Migration [IOM], 2013). A violência contra a mulher não está restrita somente a uma cultura, região e país específico, ou a grupos particulares de mulheres dentro da sociedade. Além do

status de migrante, outros fatores como etnicidade, classe, idade, religião, orientação sexual, *status* matrimonial, deficiência física ou mental, podem influenciar a forma como essa violência é vivenciada pela mulher migrante (United Nations [UN], 2011). Duarte e Oliveira (2012) apontam que essas interseccionalidades presentes na violência contra as mulheres são perceptíveis na violência doméstica sofrida por mulheres imigrantes de diversas nacionalidades, que vivem em Portugal. Aqui cabe destacar que a violência doméstica, conforme compreendida no Brasil, não diz respeito somente à violência física, mas consiste em qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial a mulher, seja no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto (Lei n.11.340, 2006). Essa violência doméstica sofrida pelas imigrantes em Portugal tem sido atravessada por discriminação e preconceitos no país, que pode partir até mesmo de entidades públicas ou oficiais do mesmo. Tais preconceitos, segundo Duarte e Oliveira (2012) contribuem para que as mulheres imigrantes tenham menos facilidade de acesso aos sistemas de justiça, de saúde, de segurança social, bem como às políticas de habitação e a outras oportunidades socioeconômicas; o que corrobora consequentemente, para que elas fiquem menos protegidas em situações de violência e mais dependentes do autor da violência doméstica. Isto foi evidenciado a partir de pesquisa realizada pelas autoras diretamente junto às mulheres imigrantes, alertando especialmente para a discriminação sofrida por mulheres brasileiras na sociedade portuguesa.

Em Portugal, os brasileiros constituem a maior comunidade estrangeira residente no país, e as mulheres são maioria dentro desse grupo, correspondendo a 50.313 (61,92%) dos/as 81.251 migrantes brasileiros/as que residem no país (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF], 2017). Além disso, o número de mulheres brasileiras que se casam com homens portugueses é maior do que o número de homens brasileiros que se casam com mulheres portuguesas, totalizando 75% das 22.817 uniões de fato realizadas entre imigrantes brasileiros/as e cidadãos/as portugueses/as (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2013). Porém, embora seja grande o número de matrimônios transnacionais no país, estes ainda são pouco estudados na literatura (Ferreira & Ramos, 2012) e também pouco discutidos pelas principais organizações nacionais e internacionais. Como consequência disso, há uma dificuldade em

se identificar os pontos positivos e negativos de tais uniões (Raposo & Togni, 2009), dentre eles, a possibilidade da ocorrência de violência doméstica nas mesmas.

O que pode ser afirmado é que a inserção social das mulheres brasileiras em Portugal é comprometida frente aos estereótipos de brasilidade, que historicamente foram atribuídos aos/às brasileiros/as pelos/as portugueses/as. Tais atributos são relacionados à alegria, à simpatia, à sensualidade e à malandragem que acabam ganhando uma conotação de erotização quando atribuídos às mulheres brasileiras. Essa erotização também está relacionada aos imaginários coloniais que construíram e ainda reproduzem racismos (Padilla, Fernandes & Gomes, 2010). Além disso, os estereótipos são mantidos, muitas vezes, porque tanto a mídia brasileira quanto a portuguesa mostram uma imagem sexualizada da mulher brasileira (Pontes, 2004).

A partir desse imaginário, as mulheres brasileiras são generalizadas, podendo não ser aceitas ou, até mesmo, vistas com desagrado por parte das mulheres portuguesas ao se sentirem ameaçadas. Pontes (2004) destaca um episódio onde ilustra essa relação entre portuguesas e brasileiras, mais conhecido como o caso das “Mães de Bragança” e que repercutiu nacional e internacionalmente. Nesse episódio, na cidade de Bragança, em Portugal, um grupo de mulheres portuguesas, ao descobrirem que seus maridos frequentavam boates ligadas à prostituição e nas quais estavam presentes as brasileiras, recorreram às autoridades reivindicando a expulsão das prostitutas brasileiras.

Nesse caso, as mulheres brasileiras ficaram marcadas como pecadoras e destruidoras de lares, enquanto as mulheres portuguesas foram reconhecidas como mães e esposas, ao mesmo tempo em que os homens foram desculpabilizados (Padilla et al., 2010). Tais atribuições assemelham-se a representações características de religiões cristãs ocidentais que, muitas vezes, diferenciam a imagem das mulheres entre “Eva” e “Maria”, associadas à ideia de pecadoras e puras, respectivamente (Vasconcelos, 2005). Essas representações femininas podem ser também fortalecidas pelas próprias mulheres, na medida em que elas tendem, em geral, a mostrar maior religiosidade em comparação aos homens, ao aderir de forma mais genuína aos preceitos, dogmas, práticas e vivências religiosas (Freitas, Turra & Zaneti, 2014).

Religiosidade é tomada aqui no sentido definido por Aletti (2012), ou seja, como um movimento

subjetivo da pessoa através do qual ela se lança além da experiência terrena e fenomênica, com uma atitude de esperança, de busca e de atribuição de sentido. Segundo Freitas e Santos (2017), essa vivência busca ancorar-se numa crença no Divino, Sagrado ou Transcendente, sem necessariamente estar ligada a religiões específicas. Essa religiosidade, quando considerada no contexto de migração, pode ser benéfica, com valioso potencial para a saúde mental do imigrante, tanto no âmbito individual, ao dar sentido para as mudanças enfrentadas, quanto no âmbito social, com importante papel no desenvolvimento das redes de apoio social no país de destino (Watters, 2013).

Porém, é importante estar atento/a à construção do feminino proposta pelas instituições religiosas, na medida em que ela pode ser acompanhada por uma introspecção de papéis e ditar um determinado tipo de conduta e comportamentos esperados tanto para homens quanto para mulheres (Pontes & Cavalcante, 2016), geralmente definidos a partir de um modelo de organização da família patriarcal, com relação heterossexual, chefia masculina e submissão dos filhos e da mulher ao pai e ao marido (Jarschel & Nanjarí, 2008). Tais modelos podem inclusive influenciar na decisão das mulheres denunciarem ou não a violência doméstica. Afinal, muitas buscam na religião uma forma de compreenderem e suportarem a violência que sofrem (Krob, 2014), inclusive no contexto migratório.

Oliveira et al. (2016) apontam que a saúde mental vem sendo abordada na literatura como um dos principais problemas de saúde que acometem os imigrantes, principalmente as mulheres. Em Portugal, segundo Topa, Neves e Nogueira (2013), isso é potencializado devido à falta de suporte social e familiar, frequentemente sentida por estas mulheres, e muitas vezes aliada a condições de pobreza e precariedade econômica, colocando-as numa posição de grande fragilidade social.

Esse impacto negativo na saúde mental das mulheres imigrantes também pode ser influenciado pela vivência de relações violentas. Em pesquisa realizada com 682 brasileiras que vivem em Portugal, Oliveira, Neto e Lima (2017) identificaram que ao menos 26,9% delas já sofreram algum tipo de violência no país e que estas, quando comparadas com aquelas que não declaram ter sofrido violência, apresentaram maiores problemas de saúde mental, além de uma baixa percepção de saúde, uma percepção de alta discriminação e um maior nível de solidão.

Essa tríade migração, violência doméstica e religiosidade no contexto da migração brasileira feminina

em Portugal chamou a atenção das autoras do presente trabalho, ao surgir espontaneamente durante uma entrevista realizada pela segunda autora com a psicóloga de um Consulado-Geral do Brasil em Portugal, mesmo não sendo esse, originalmente, o foco da entrevista, que tinha como objetivo principal investigar a percepção dos/as profissionais de saúde mental sobre a religiosidade dos/as imigrantes por eles/as atendidos/as. Esta entrevista se deu no contexto de uma pesquisa mais abrangente, mas a emergência espontânea do tema, o grau de detalhes em que foi abordado ao longo da entrevista e a relevância do assunto para o campo da psicologia levou à elaboração deste trabalho específico. Em Portugal, hoje, há três Consulados brasileiros: um em Lisboa, um no Porto e um em Faro. O Consulado é a representação de um governo perante as autoridades locais e a comunidade de seu país, instalada em outra nação. Sendo assim, ele cuida das relações entre o Estado e o povo, diferente da Embaixada, que está mais voltada para a relação entre dois Estados (Harada, 2015). Por isso, ele tem um papel importante no mapeamento das situações vivenciadas pelos brasileiros no país.

O/a psicólogo/a que trabalha nessa instituição tem a possibilidade de identificar questões mais subjetivas dos/as migrantes, relacionadas às suas dimensões bio-psico-socio-espirituais. Porém, mesmo que nesse contexto o/a profissional compartilhe da mesma nacionalidade da pessoa atendida, é importante identificar se o/a mesmo/a está atento/a e preparado/a para lidar com as implicações políticas, econômicas, socioculturais e psicológicas vivenciadas por quem emigra (Freitas, 2013).

A partir disso, considerando o grande número de mulheres brasileiras que vivem em Portugal, muitas delas encontrando obstáculos na sua adaptação no novo país, podendo até mesmo ser vítima de violência doméstica, e considerando ainda o papel que a religiosidade pode ter, ou não, no modo de lidar com essa situação, emergem os seguintes questionamentos: Qual a percepção da psicóloga de um Consulado-Geral do Brasil em Portugal, sobre o modo como essas mulheres, em atendimento psicológico individual, lidam com a violência sofrida em contexto de migração? Qual o papel da religiosidade no modo de lidar com esta violência? Como a própria psicóloga descreve e lida com esses aspectos religiosos, quando eles aparecem em sua prática de atendimento a essas mulheres?

Dadas estas questões, o presente trabalho teve como principal objetivo investigar as percepções e experiências de uma psicóloga, que atua num

Consulado-Geral do Brasil em Portugal acerca: a) das vivências pessoais de mulheres brasileiras imigrantes nesse país; b) do modo como a religiosidade destas mulheres se apresenta, ou não, em seu modo de lidar com o novo contexto; e c) como esta religiosidade se relaciona, ou não, ao bem-estar pessoal e saúde mental das mesmas e com a forma de lidarem com a violência doméstica.

Metodologia

Este trabalho consiste em um estudo qualitativo fenomenológico, de cunho exploratório. O projeto mais amplo no qual se insere foi aprovado pelos Conselhos de Ética da Universidade Católica de Brasília (UCB) e da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) - CAAE UCB31949014.9.0000.0029 / CAAE FEPECS: 31949014.9.3001.5553, e também autorizado previamente pelas instituições portuguesas no âmbito das quais foi desenvolvido.

Participante

Participou da pesquisa uma psicóloga clínica brasileira, com mais de 40 anos e residente há mais de dez em Portugal. Há alguns anos trabalha no serviço de saúde mental em parceria com um Consulado-Geral do Brasil no país, atendendo, em seu consultório, demandas encaminhadas pelo mesmo após passar pela triagem realizada por funcionárias da instituição. A psicóloga declarou não possuir nenhuma religião específica, mas, disse se considerar uma pessoa espiritualizada.

Instrumento

Como instrumento para investigação de campo foi utilizada entrevista semiestruturada, organizada segundo nove eixos-temáticos: características dos serviços prestados; características dos/as usuários/as atendido/as; lugar dado à questão religiosa por parte dos/as usuários/as imigrantes; lugar dado à questão religiosa pela própria profissional entrevistada; que relações ela estabelece entre religiosidade e saúde mental; que relações estabelecem entre religiosidade e psicopatologia; como aborda a questão em sua prática atual; o que considera boas e más práticas por parte do/a psicólogo/a ao lidar com a religiosidade dos/as usuários/as; religiosidade e saúde mental ao longo da formação.

PROCEDIMENTOS INVESTIGAÇÃO

A entrevista foi realizada em um Consulado-Geral do Brasil em Portugal, a partir de autorização previamente obtida junto ao mesmo e à própria psicóloga entrevistada. A sua condução foi realizada por psicóloga experiente e a partir de uma postura fenomenológica, de modo a favorecer a emergência do vivido (Amatuzzi, 2003) e permitir a exploração de uma gama de sentidos expressos no relato da entrevistada (Holanda, 2003). A entrevista durou uma hora e dezesseis minutos e foi gravada com a anuência da entrevistada, logo após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Posteriormente, foi transcrita e revisada, passando a compor o banco de dados da pesquisa mais abrangente, referida anteriormente.

PROCEDIMENTOS DE SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

A análise sobre o material transcrito foi feita de acordo com a metodologia empírico-fenomenológica desenvolvida por Amedeo Giorgi (2011/1985, 2012), a qual prioriza os processos descritivos acerca de um determinado fenômeno (Andrade & Holanda, 2010), e pode ser sistematizada em quatro etapas:

1. *Sentido do todo*: o pesquisador lê a descrição completa da entrevista, com o objetivo de apreender o sentido geral das experiências relatadas, o que implica em fazer quantas leituras forem necessárias.
2. *Discriminação das unidades de significados dentro de uma perspectiva psicológica e focada no fenômeno que está sendo pesquisado*: o pesquisador relê a descrição e faz uma marcação sempre que perceber uma mudança de significado que parece lhe parece ser psicologicamente sensível.
3. *Transformação das expressões cotidianas do sujeito em uma linguagem psicológica, com base no fenômeno que está sendo investigado*: aqui, as unidades de significado, até então identificadas nas próprias palavras dos sujeitos, são transformadas em expressões que revelam, de forma mais direta, o sentido psicológico daquilo que o sujeito disse.
4. *Síntese das unidades de significado transformadas em uma declaração consistente da estrutura da experiência*: o pesquisador sintetiza e integra as expressões mais sensíveis, que foram observados

nas unidades de significado transformadas na etapa anterior, em uma declaração consistente da estrutura psicológica do fenômeno, resultando assim em uma “estrutura da experiência”, que pode ser expressa em vários níveis.

O cumprimento destas quatro etapas proporcionou a elaboração de um material descritivo (resultados), no qual a violência doméstica sofrida pelas mulheres brasileiras encaminhadas ao atendimento psicológico, pelo Consulado, foi o tema que mais se destacou. Daí o foco deste artigo recair, sobretudo, sobre esta temática e sua relação com a religiosidade. Após uma descrição de como isto se apresentou na percepção da entrevistada, realizou-se um diálogo com a literatura encontrada sobre o tema (discussão).

Resultados

Para descrever a estrutura da experiência sobre o fenômeno pesquisado, as unidades de significado apreendidas da leitura fenomenológica foram organizadas em núcleos temáticos, que as agrupam segundo proximidades e inter-relações entre subtemas, conforme se segue.

Núcleo temático 1 – Vivência da violência doméstica

1º Subtema: Violência doméstica como a maior demanda percebida pela psicóloga

A psicóloga apontou a violência doméstica sofrida por mulheres brasileiras jovens como a principal demanda que vem sendo recebida nos atendimentos psicológicos individuais realizados por ela. Citou, inclusive, um caso de assassinato de uma jovem brasileira, que foi acompanhado pelo Consulado.

Essas pessoas, majoritariamente, elas vão indicadas, majoritariamente mesmo, 80% praticamente são mulheres, mulheres vítimas de violência doméstica [...] é uma população bastante jovem, majoritariamente entre 25 e 35 anos. Com pouco nível de escolaridade, mas não só. Temos doutorandas também em situação análoga.

Nós tivemos uma situação muito brevemente, [...], de uma moça que foi assassinada. A mãe então tava aqui, veio aqui, não sabia o que tinha acontecido com essa menina ainda, essa menina tinha desaparecido. [...]

Como segunda maior demanda, apontou os filhos adolescentes que presenciam as relações conflituosas entre os seus pais, em Portugal.

[...] depois nós vamos ter alguns adolescentes, já, ah, crianças que vieram pra Portugal com idades de escola primária, sete, oito anos e que agora tão em idades de adolescentes, né? [...] que estão numa situação de vulnerabilidade [inaudível] o casamento entre os pais ou padrasto é uma relação conflituosa ou conflituosa e que essa criança é obrigada a... a mediar.

2º Subtema: Abuso de poder, dependência econômica e ilegalidade: fatores que permeiam a violência doméstica

Ao falar sobre os relacionamentos abusivos vivenciados por essas mulheres, a psicóloga entrevistada relata que

[...] geralmente elas vêm muito iludidas com essa relação, relação de internet ou através de sites. [...] com o tempo essa relação vai entrando em, num ciclo vicioso, é, de abuso de poder né? Porque essas pessoas elas estão em primeiro momento indocumentadas, elas não têm trabalho, muitas não tem qualificação pra arrumar um trabalho e, portanto, vai ser dependente momentaneamente desse, dessa relação durante algum tempo. É, geralmente também são homens muito ciumentos, que não querem num primeiro momento que elas tenham nenhum convívio social. Portanto, isso já deixa circunscrito que ela também não sabe muito bem quais são as leis, de que forma que ela pode é... ficar regular no país [...]

A partir do momento que as mulheres não aguentam mais viver nessa relação, chegam a pensar em voltar para o Brasil, mas se veem muitas vezes impedidas, uma vez que possuem filhos pequenos:

[...] Só que, como têm filhos pequenos, não podem sair daqui de Portugal, porque os companheiros não autorizam a ida da criança. [...] É, e ficam dependentes do Consulado, de certa forma, ficam dependentes da rede que existe em Portugal, seja da, de uma associação de apoio a vítimas, seja do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, quer dizer, essa pessoa ela fica a margem nessa sociedade, dependendo desses organismos que existem pra tentar né? É, elas não podem voltar porque têm filhos menores. É, e, portanto, também não podem ficar porque não têm trabalho.

3º Subtema: Diferenças culturais e estigmas que permeiam a violência doméstica

A psicóloga apontou o fato dos dois países, Brasil e Portugal, possuírem a mesma língua oficial como “um fator de, de, de risco [...]”. Porque as pessoas não vêm preparadas né? ‘Ah, Portugal, é tudo igual!’ é ‘É fácil’, depois chega aqui o impacto é muito grande”. Dentre as diferenças percebidas, a profissional apontou a concepção acerca da união estável presente em cada país.

[...] elas ficam com a ideia de que, por viverem em determinado período com uma pessoa, elas têm os mesmos direitos de uma mulher casada, como nós temos no Brasil, mas aqui não é assim. Então, às vezes, uma relação de 10, 15 anos, que praquela pessoa é uma relação estável e que ela tem algum tipo de direito adquirido, ela depois verifica, naquela fase crítica da relação, que esse direito não existe né? Porque é diferente.

A violência, muitas vezes, é influenciada também pela existência de “um estigma muito forte em relação à mulher brasileira né? Fruto de uma série de questões [...] É, o que também dificulta a... a sociabilidade dessas mulheres aqui em Portugal”. Soma-se a isso o histórico de violência que essas mulheres vivenciaram antes mesmo da imigração.

Ah, tem uma vida, um histórico de vida já muito difícil no Brasil [...] Nós temos maioritariamente essa população, foi vítima de violência doméstica, desculpa, vítima de abuso sexual na infância, então assim, é uma reedição de uma série de... de... de problemáticas que elas já vai arrastando né?

Núcleo temático 2: Trabalho da psicóloga frente à violência doméstica

Subtema: Reorganização dos projetos de vida das mulheres vítimas de violência

A psicóloga relata que o seu trabalho, com as mulheres vítimas da violência doméstica, é realizado no sentido de favorecer a reorganização de suas vidas.

[...] Elas vão ter que perspectivar um outro, uma outra vida, que não é essa que ela tem[...]. Pra que ela possa então buscar um auxílio, pra que ela possa buscar emprego, pra que ela possa organizar a documentação, pra que ela possa se desvencilhar de uma relação de amor e ódio, porque é uma relação de amor e ódio.

Núcleo temático 3: Expressão religiosa por parte dos/as imigrantes

1º Subtema: Religiosidade do/a imigrante brasileiro/a perceptível e positiva, mas, contida

Segundo a psicóloga, os aspectos religiosos “aparecem em vários momentos” na sua prática. Porém, não é apresentada diretamente “em termos, assim, de ser uma questão de queixa, nunca”. Considera que, em geral, ter essa religiosidade é algo positivo, na medida em que “se a pessoa tem essa informação e tem essa relação com o divino, ela vai ter essa... nos momentos de dificuldade, essa relação... A tendência é que ela fique cada

vez mais é, forte né?”. Alega também que as falas de cunho religioso estão muito relacionadas tanto a um alento, quando o/a imigrante aponta que “o que me dá força é saber que, eu tenho alguém que olha por mim”, quanto a uma busca de sentido, na medida em que questiona: “Por quê que eu vim pra cá? Por quê que será que depois de eu ter vindo pra cá, eu ter largado tudo aquilo que foi difícil, tá acontecendo isso agora comigo?”.

A religiosidade oferece também um suporte frente a situações de perda de um ente querido, como foi possível observar através da realização da missa de sétimo dia da jovem assassinada, que foi “iniciativa [da mãe] dela”, mas contou “com o apoio do Consulado”. Assim, a expressão da religiosidade emerge também no contato com instituições religiosas que acolhem os imigrantes no país, já que “a rede assistencial [...], tanto do governo, quanto de entidades filantrópicas, é muito ativa”. E se manifesta, ainda, através de grupos religiosos.

A religiosidade, sobretudo quando você tá num [outro] país, sem entorno psicossocial, você não tem família, você não tem amigos, é, essa religiosidade, ela também vai se manifestar através dos grupos né? [...] você conseguir agregar determinados valores, determinadas crenças em um grupo com alguma solidez, isso em termos psicológicos, é estrutural né? [...] Então, nesse contexto, eu ouço muito o quanto essa, esse núcleo, essa ligação com o núcleo religioso e com o grupo: “me dá certa força e credibilidade”.

Entretanto, considera também que a expressão religiosa dos brasileiros em Portugal pode ser um pouco limitada, considerando-se que o fato “do sincretismo religioso que existe no Brasil, não existir aqui [em Portugal] [...] Aqui, por exemplo, fica muito mais difícil esse, é, é, é... você se identificar com várias religiões”.

2º Subtema: Influência negativa da religiosidade no modo como as mulheres brasileiras lidam com a violência doméstica

A psicóloga relatou que a religiosidade pode ter uma influência negativa na vida das mulheres vítimas de violência, a partir do momento em que algumas delas vêm isso como um “carma”, chegando às vezes a dizer “eu não posso sair desse, desse caminho, porque se Deus quis assim, eu tenho que cumprir com esse, com esse predicado, né?”. Esta forma de ver as coisas faz com que estas mulheres deixem de enfrentar a violência, deixando de exercer o que a psicóloga chama de “livre-arbítrio”:

[...] Eu acho que só é problemático quando é, eu não consigo perspectivar que eu tenho o livre-arbítrio. Ou seja, se eu tenho uma questão, eu estou vivendo uma relação, uma relação de opressão, uma relação de insulto, uma relação de coação, eu tenho o direito de sair dessa relação, porque essa relação não é uma relação saudável.

Núcleo Temático 4: Trabalho da psicóloga frente à religiosidade do/da imigrante

1º Subtema: Respeito à religiosidade, como boa prática, e desconsideração dessa dimensão, como má prática.

A entrevistada considera como uma boa prática, no lidar com a religiosidade do imigrante em atendimento psicológico, o respeito à sua própria forma de crer, defendendo que “*esse lugar [do religioso] tem que ser sempre respeitado pelos profissionais de saúde*”. Já uma má prática, segundo ela, seria “*desconsiderar esse local do sagrado, da, da... do transcendental, do sentido da vida. É... porque isso é fundamental pra aquela pessoa*”. Acredita também que desconstruir a religiosidade e a fé das pessoas não é da competência do psicólogo.

2º Subtema: Tentativa de compreender as crenças que dificultam o modo de lidar com a violência doméstica

Por outro lado, a entrevistada também relata que busca auxiliar as mulheres imigrantes, vítimas de violência doméstica, a desconstruírem crenças que estão por trás de afirmações do tipo “*Que se eu casei é ‘pra’ sempre né?’ é ‘Independente de eu apanhar ou não.’ Quer dizer, de onde é que vem isso né?’*”. Às vezes, chega a investigar sobre a maneira como o líder e a comunidade religiosa dela se posicionam em relação a essa situação específica.

[...] Como é que seria conversar sobre isso com o seu pastor? Você já conversou com ele? Que tipo de orientação ele te deu?” Porque às vezes a gente pode ter uma visão e, por exemplo, o pastor tem outra, e é muito importante que a gente não desconstrua isso. Tem que ter o papel do psicólogo, haver o juízo, porque aquilo pra ela é fundamental. [...] Então, mesmo que aquilo pra mim não faça qualquer sentido, eu vou trabalhar com o teu sistema de crenças e valores, então “Como é que é isso na tua religião?”

Em casos onde o/a imigrante rejeita o atendimento psicológico por acreditar que só precisa de Jesus para resolver a seu problema, a psicóloga ressalta que tenta mostrar que o atendimento psicológico não anula a importância da fé e vice-versa.

É, como um médico... a pessoa tem uma religião, mas não é por isso que ela vai deixar de fazer a quimioterapia, porque ela tem uma religião. Geralmente, a gente vai tentar que ela faça as duas coisas né? [...] Tentar, que a gen... nem sempre a gente vai conseguir, mas tentar que ela observe que todas essas são hipóteses e que ela não precisa desconstruir uma pra ter acesso à outra.

Embora a psicóloga tenha apontado essas ações no modo de lidar com a religiosidade das mulheres por ela atendida, relatou que não estudou sobre o assunto durante a formação básica em psicologia. Alega ser justamente a partir da sua experiência clínica que hoje reconhece a importância de se estudar o tema ao longo da formação, já que ele é muito frequente na prática do psicólogo: “*todo profissional de saúde tem que ter, se não teve na formação básica, tem que buscar isso de alguma maneira*” pois “*o fato da gente não compreender esse mecanismo pode por em risco o outro*” já que “*independente da área que você trabalhe, vai ter essa questão da religiosidade, sempre, né?’*”.

Discussão

Um primeiro aspecto que chama a atenção nas percepções da psicóloga entrevistada é o índice alarmante de violência doméstica sofrida pelas mulheres brasileiras que vivem em Portugal, o que se deduz pelo grande número de mulheres que ela atende nessa situação. Essa percepção se encontra em consonância com o relato, publicado na página “*Brasileiras pelo Mundo*”, de outra psicóloga que trabalha em Portugal, ao afirmar que essa é uma demanda também muito presente no seu consultório (Costa, 2017). Entretanto, embora isso indique a constante presença desse fenômeno na prática cotidiana dessas profissionais, é difícil encontrar um número oficial a respeito do assunto.

No Relatório de Migrações, Fronteiras e Asilo de 2016 (SEF, 2017), é possível ver que neste ano, especificamente, o serviço registrou três casos de violência doméstica, porém, no documento não há uma identificação de qual nacionalidade ou gênero seriam as vítimas da denúncia. Além disso, é um número que contradiz aos dados apresentados pela psicóloga entrevistada. Porém, isso pode acontecer pelo fato de que, muitas vezes, as queixas recebidas pelas psicólogas não aparecem de forma direta no momento da procura pelo atendimento, mas emergem na medida em que este acontece. E também pelo fato da violência doméstica, em muitos casos, só surgir como uma queixa direta a partir do momento em

que gera violência física ou até mesmo, assassinato, como o caso relatado pela psicóloga e acompanhado pelo Consulado pesquisado.

No Brasil, os balanços, semestrais e anuais, da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, conhecida como “Ligue 180”, também não têm apontado o número de ligações recebidas de outros países abrangidos pelo serviço. O início da expansão do atendimento para o exterior aconteceu em novembro de 2011, porém, somente os relatórios do primeiro semestre de 2012 e de 2013, dentre aqueles que estão disponíveis no site da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), indicaram o balanço das ligações internacionais recebidas nos respectivos períodos. De janeiro a junho de 2012, o balanço apontou o registro de 33 atendimentos produtivos, dentre 80 ligações recebidas da Espanha, Itália e Portugal (Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM], 2012). Já no mesmo período de 2013, foram realizados 31 atendimentos internacionais oriundos desses países, sendo quinze casos da Espanha, dez da Itália e seis de Portugal (Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM], 2013a).

Embora não tenha sido possível encontrar o balanço anual de 2012 no site da SPM, em 2013 foi divulgado o perfil das ligações internacionais registradas de janeiro a dezembro de 2012, primeiro ano após a expansão internacional do atendimento. Nesse período foram recebidas 80 ligações produtivas, sendo 18 delas (22%) originadas de Portugal. A violência doméstica e familiar esteve presente em 70% dos 80 telefonemas, e nestes casos 84% das agressões foram praticadas pelo cônjuge, companheiro ou ex-cônjuge da vítima (Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM], 2013b), porém não é possível saber a nacionalidade dos agressores. Outro dado importante apontado nesse levantamento é que mais de 80% das vítimas possuem entre um e três filhos/as, sendo que estes/as presenciaram a violência contra a mãe em 50% das situações atendidas, chegando até mesmo a serem alvos das agressões em 35% dos relatos (SPM, 2013b). Isto, por sua vez, coaduna com a fala da psicóloga, ao relatar que a segunda maior demanda por ela atendida diz respeito aos/as adolescentes que convivem com a situação de violência doméstica sofrida pela mãe. Esse é um dado preocupante na medida em que, dentre os múltiplos fatores que permeiam a violência doméstica, pode estar a transgeracionalidade, que é a tendência de que vivências e modelos aprendidos pelos sujeitos nas relações familiares, sejam eles bons ou ruins, se repitam

em outros relacionamentos (Razera, Cenci & Falcke, 2014), seja no que diz respeito ao desenvolvimento de um comportamento violento ou a uma vulnerabilidade de sofrer violências (Zancan, Wasserman & Lima, 2013).

A transgeracionalidade pode ter acontecido também nos casos de abusos sexuais sofridos por essas mulheres na infância. Por isso, é de suma importância que os profissionais de psicologia estejam atentos a experiências de violências sofrida na infância, a fim de se romper com o ciclo de violência transgeracional (Razera et al., 2014), seja ele no contexto migratório ou de origem.

Além disso, outro fato que pode ter influência negativa para a saúde psíquica da criança diz respeito ao momento em que os autores da violência, conforme apontado pela psicóloga, utilizam os/as filhos/as como “instrumento dentro do jogo familiar violento” (Santos & Moré, 2011), ao impedir que as mulheres brasileiras saiam do país com eles/as.

É importante observar que a psicóloga entrevistada disse perceber o início da violência no momento em que algumas brasileiras ainda se encontram em situação irregular no país. Isso dificulta ainda mais que essas mulheres busquem ajuda para sair do relacionamento violento, pois se procurarem a autoridades policiais podem até mesmo serem detidas, conforme aponta Gomes (2015). Segundo a autora, se essas mulheres buscarem os Centros de Apoio ao Imigrante ou alguma associação que preste apoio a vítimas de violência doméstica no país, estes podem acionar o Ministério Público e, então, pode ser feito um “requerimento de autorização de residência de caráter excepcional por razões humanitárias”, conforme assegura a legislação portuguesa, de acordo com a suas especificidades. Porém, até que essa autorização seja feita, a vítima provavelmente precise continuar residindo com o agressor, pois só pode ser encaminhada a um abrigo público depois de obter essa autorização. As autoridades policiais também podem pedir a autorização de residência em questão, porém enquanto aguarda o resultado da decisão, a imigrante “fica detida em estabelecimentos policiais ou em centros de instalação temporária, e pode ser expulsa antes mesmo da decisão de concessão da autorização” (Gomes, 2015, p. 125).

Hirigoyen (2006) afirma que a violência doméstica perdura quando a mulher está isolada socialmente, sem contato com a família, amigos e, até mesmo sem trabalhar. Segundo ela, quando o homem, de certa forma, impõe esse isolamento, o faz com o intuito

de que a mulher se volte unicamente para ele. Em situação de migração, esse isolamento pode ser ainda mais “efetivo”, considerando que a mulher pode não ter nenhuma rede de apoio social no país de destino, e com isso, são maiores a dificuldade de estabelecer uma, conforme apontou a psicóloga entrevistada. Outro fator que permeia a violência doméstica, e que foi relatado pela profissional entrevistada, diz respeito às diferenças culturais entre os dois países, diferenças essas que muitas vezes só são percebidas pelo/a brasileiro/a no momento em que chega a Portugal, ao ver que mesmo que falem a mesma língua e compartilhem história com raízes culturais em comum, existem diferenças significativas entre os dois países (Padilla, 2005). Uma dessas diferenças está relacionada à concepção de união estável, conforme apontado pela psicóloga. Em Portugal a união estável, denominada como união de fato, diferente do que acontece no Brasil, não é considerada como relação de família ou equiparada à relação de casamento (Lopes & Freire, 2013). Entretanto, embora a relação colonial não tenha estabelecido uma identidade cultural semelhante entre os dois países, deixou a perpetuação da ideia de um corpo feminino disponível (Gomes, 2013), o que contribui para o estigma que permeia a violência doméstica sofrida por mulheres brasileiras, conforme a psicóloga pode observar nos atendimentos cotidianos. Sendo assim, o imaginário em relação à mulher brasileira, em Portugal, constituiu-se como uma forma de violência simbólica, que por vezes concretiza-se através das explorações, humilhações e, em alguns casos, situações de violência física (França, 2012).

O trabalho da psicóloga no atendimento a brasileiras vítimas de violência doméstica no contexto migratório é voltado para o favorecimento da sua autonomia, através da articulação da rede de serviços, a fim de favorecer o acesso a recursos e obtenção e/ou ampliação de rede de suporte social, para que dessa forma possa ter condições mais favoráveis para sair da situação de violência (Reis, 2010). Porém, nesse atendimento, a profissional precisa lidar com a profunda mobilização psíquica e emocional decorrente da migração (Freitas, 2013), seja no que diz respeito aos estereótipos e até mesmo no que tange a dificuldades de acionar redes de apoio, questões sobre as quais a psicóloga mostrou ter conhecimento, o que pode ser decorrente do tempo de atuação no Consulado e até mesmo da sua vivência como mulher imigrante.

No que se refere à expressão da religiosidade dos/as imigrantes e ao modo como é percebida pela

psicóloga, registrou-se consonâncias com as percepções de psicólogos/as e psiquiatras brasileiros que atendem imigrantes em Brasília, entrevistados/as em pesquisa realizada por Freitas e Santos (2017). Também estes/as profissionais tenderam a estabelecer conexões entre religiosidade e saúde mental a partir de suas percepções acerca dos efeitos da religiosidade e da fé na vida dos/as imigrantes, assim como a psicóloga do Consulado, que apontou a religiosidade como positiva na medida em que oferece sentido, alento e apoio social aos/as imigrantes, e negativa, quando impede, de certa forma, que as mulheres imigrantes saiam do relacionamento violento.

Assim como a psicóloga abordou, outros estudos também vêm indicando o uso da religiosidade, de forma negativa, no modo de enfrentar a violência doméstica. Silva (2013) relatou que algumas mulheres se culpam pela agressão sofrida e outras caracterizam a agressividade do companheiro como uma possessão demoníaca. Fernandes, Gaia e Assis (2014) perceberam esse aspecto prejudicial quando uma mulher entrevistada, em pesquisa por eles realizada, relatou não se separar por medo de ser “condenada religiosamente”. Tais fatos apontam para o risco de naturalização da violência, que pode se ancorar em determinadas concepções religiosas que levam algumas mulheres a atribuírem uma causa divina à violência e/ou a pensarem que somente Deus poderá resolver aquela situação (Lima, Soares, Vargas & Barletta, 2013).

Um ponto passível de discussão na descrição obtida é o fato da psicóloga ter afirmado que ao não romper com o casamento violento a mulher não exerce o livre-arbítrio. E aqui se questiona se não seria ao contrário: se justamente por ter o livre-arbítrio é que ela pode escolher entre romper ou permanecer na relação. Principalmente ao se considerar que uma multiplicidade de fatores envolve essa tomada de decisão (Zancan et al., 2013), inclusive a especificidade das mulheres em situação de migração.

No que diz respeito ao modo como a psicóloga lida com a manifestação religiosa negativa das mulheres frente à violência doméstica, foi possível observar que ela se mostrou aberta e atenta ao tema da religiosidade, permitindo que essa dimensão possa encontrar meios de expressão concreta durante os atendimentos, o que está de acordo com o que se observou também nos relatos de psicólogos/as e psiquiatras que atendem imigrantes em serviços de saúde mental de Brasília (Freitas & Santos, 2017). Isso se manifestou tanto em sua postura de buscar sondar, junto às pacientes, a opinião do seu

líder religioso ou, ainda, quando tenta explicar ao/à migrante, em caso de resistência deste/a, que um atendimento psicológico não precisa necessariamente excluir o acompanhamento religioso, se for da vontade do/a usuário/a, e vice-versa. Sendo assim, o seu modo de lidar com essa dimensão mostrou-se consonante com a alegada atitude de respeito à religiosidade, que ela considera como uma boa prática no modo do/a profissional lidar com a temática.

No decorrer da entrevista com a psicóloga, foram muito frequentes as expressões que mostram que a religiosidade se faz presente no cotidiano da sua prática, entretanto, conforme a mesma afirmou, esta temática não foi abordada durante a sua graduação em psicologia. Isto está em conformidade com os relatos de outros profissionais da área da saúde, que dizem não ter estudado o assunto durante a formação profissional, seja no que diz respeito ao modo de lidar com as experiências religiosas de pacientes, bem como naquilo que concerne às conexões destas com as ações de saúde, física ou mental (Freitas, 2014). Devido a essa lacuna, muitos profissionais acabam buscando saber mais sobre o assunto por conta própria, conforme a própria psicóloga apontou ser necessário, e até mesmo aprendem a lidar com a temática a partir das experiências que tiveram com a questão (Freitas & Santos, 2017).

Conclusão

A presente pesquisa possibilitou o compartilhamento da experiência de uma psicóloga que tem atendido muitos casos de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica em Portugal, o que alerta também para o quanto isso pode comprometer a saúde mental das mesmas. Tais casos podem levar a violências extremas, como o assassinato, conforme apontado pela entrevistada. A partir do seu relato sobre as demandas recebidas no Consulado-Geral do Brasil onde atua, é possível depreender que a migração feminina carrega peculiaridades que a diferenciam da migração masculina, o que indica a necessidade de se inserir o viés de gênero nas políticas atuais de migração (Duarte & Oliveira, 2012).

Porém, para que essa inserção aconteça, é necessário, primeiramente, colher e sistematizar dados relacionados a essa violência, atualmente difíceis de serem obtidos. A partir disso, os dados poderão ser reunidos, analisados e, então, utilizados para não só reformular as políticas migratórias, como também contribuir para a criação de planejamentos que

garantam a proteção de mulheres migrantes e atendam as suas necessidades (UNFPA, 2015).

O fato de muitas mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal terem sido vítimas de abuso no Brasil mostra a importância de se combater a violência contra as mulheres também no país de origem. Eventos repetitivos e traumáticos de violências, ou decorrentes dessas, podem influenciar as relações posteriores, levando até mesmo a ocorrências de novos episódios violentos na vida dessas mulheres, conforme apontou a psicóloga.

A violência doméstica no contexto migratório se assemelha à violência doméstica sofrida pelas mulheres no Brasil, no que diz respeito à dependência, seja econômica e/ou psicológica, do cônjuge, e ao isolamento, por exemplo. Contudo, o contexto migratório pode oferecer mais fatores de vulnerabilidade, os quais sejam: falta de rede de apoio social, situação ilegal no país e, ainda, estereótipos pré-estabelecidos. Por isso, é muito importante que o/a profissional que atenda aos/às migrantes tenha um conhecimento prévio sobre essas particularidades.

Outro fato que chamou a atenção no relato da psicóloga foi a forma como a religiosidade pode se fazer presente, de forma negativa, no modo de lidar com a violência doméstica dentro do contexto migratório e como isso está atrelado aos papéis atribuídos às mulheres dentro de instituições religiosas, contribuindo, algumas vezes, para que as mulheres brasileiras continuem vivendo uma relação violenta. Sendo assim, tal questão mostra que o viés de gênero precisa ser inserido também nas discussões que dizem respeito ao papel da mulher dentro das instituições religiosas, pois, infelizmente, nesse contexto, com muita frequência, a mulher ainda ocupa um papel de submissão.

A profissional entrevistada mostrou-se muito sensível aos casos de violência doméstica sofrida pelas mulheres brasileiras atendidas por ela, porém é importante salientar que essa sensibilidade pode ter relação com o fato dela também ser brasileira. Dessa forma, em futuras pesquisas, seria importante verificar como psicólogos/as portugueses/as percebem e lidam com as mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica, considerando-se os estigmas que podem permear essa relação, no que diz respeito ao imaginário que os portugueses e portuguesas têm em relação às mulheres brasileiras. Isso possibilitaria também verificar se esses/as compartilham a percepção da psicóloga entrevistada, sobre o fato das mulheres brasileiras apresentarem a violência doméstica como uma grande demanda.

A presença da religiosidade na vivência das mulheres imigrantes reafirma a religiosidade como uma dimensão que constitui a integralidade do sujeito e que, por isso, deve ser levada em consideração, em qualquer que seja o contexto. Sendo assim, torna-se essencial que o/a psicólogo/a esteja sempre atento a ela, não julgando ou desconstruindo as crenças dos/as usuários/as de seus serviços, em especial dos/as imigrantes, mas sim, compreendendo-as.

Em suma, a entrevista possibilitou a emergência de dois temas ainda pouco explorados na literatura,

tanto no que diz respeito à violência doméstica sofrida pelas mulheres brasileiras imigrante em Portugal, sobre a qual quase não se encontra pesquisas específicas a respeito, quanto no que se refere à religiosidade no contexto migratório, conforme já apontara Freitas (2011). Tal fato aponta para a necessidade de que sejam elaborados estudos e debates mais profundos a respeito dessas temáticas, a fim de que se possa oferecer subsídios para a atuação profissional de psicólogos/as, além de mais suporte a trabalhos preventivos.

Referências

- Aletti, M. (2012) Psicologia diante da religião e da espiritualidade: questões de conteúdo e de método. In: M. H. de Freitas & G. J. de Paiva (Orgs.). *Religiosidade e cultura contemporânea: desafios para a psicologia* (pp. 157-190), Brasília: Universa.
- Amatuzzi, M. M. (2003) Pesquisa fenomenológica em psicologia. In: M. A. T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs.) *Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas* (pp. 17-26), Campinas: Alínea.
- Andrade, C. & Holanda, A. F. (2010) Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, 27 (2), 259-268.
- Assis, G. de O. (2007) Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, 15 (3), 745-772.
- Costa, E. (2017, 2 de agosto) Violência doméstica em Portugal: impressões de uma psicóloga brasileira em Portugal. *Brasileiras pelo mundo*. Recuperado em 20 de dezembro de 2017, de <http://www.brasileiraspelomundo.com/violencia-domestica-em-portugal-091364895>
- Duarte, M. & Oliveira A. (2012) Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. *Sociologia*, v. XXIII, 223-237. Recuperado em 16 de outubro de 2017, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10303.pdf>
- Dutra, D. (2017) Mulheres migrantes, trabalhadoras domésticas: vulnerabilidades e violências. In: C. Stevens; S. Oliveira; V. Zanello; E. Silva & C. Portela (Orgs.). *Mulheres e Violências: Interseccionalidades* (p.341-356), Brasília: Technopolitik. Recuperado em 10 de outubro de 2017, de https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf
- Fernandes, G. B.; Gaia, V. O. & Assis, C. L. (2014) Estratégias de enfrentamento da violência de gênero em mulheres de Ji-Paraná (RO). *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 22 (2), 1-14. Recuperado em 26 de dezembro de 2017, de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/4460/4883>
- Ferreira, A.C. & Ramos, M. (2012) Padrões de casamento dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29 (2), 361-387.
- França, T. (2012) Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos migratórios. *E-cadernos ces*, v. 18, 81-106. Recuperado em 12 de dezembro de 2017, de <http://journals.openedition.org/eces/1527>
- Freitas, M. H. (2011) Religiosidade do imigrante: sintoma ou saúde? Relato de proposta de pesquisa com psiquiatras e psicólogos. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 31(81), 301-316.
- Freitas, M. H. (2013) Relações entre religiosidade e saúde mental em imigrantes: implicações para a prática psi. *Psico-USF*, 18 (3), 437-444.
- Freitas, M. H. (2014) Religiosidade e saúde: experiências dos pacientes e percepções dos profissionais. *Revista Pistis & Praxis: Teologia Pastoral*, 6 (1), 89-105.
- Freitas, M. H. & Santos, B. R. (2017) Religiosity and mental health among the immigrants in Brasília. *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 13 (1), 207-219.
- Freitas, M. H., Turra, V. N. & Zaneti, N. B. (2014) Religiosidade feminina e saúde no Brasil. *Womens World Congress 2014*. HICC: Hyderabad, India.
- Giorgi, A. (2011) Sketch of a psychological phenomenological method. In: A. Giorgi (Org.) *Phenomenological and psychological research* (15th ed., pp. 08-22) Pittsburg: Duquesne University Press. (Obra original publicada em 1985).
- Giorgi, A. (2012) The descriptive phenomenological psychological method. *Journal of Phenomenological Psychology*, 43 (1), 3-12.
- Gomes, M. S. (2013) O imaginário social <Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 56 (4), 867-900.
- Gomes, O. M. C. (2015) *Violência doméstica e migrações: estudo comparado das legislações portuguesa, brasileira e espanhola sobre violência doméstica e feminicídio em comunidades de imigrantes* (2 ed., Cap. 6, pp. 119-138). Curitiba: Juruá.
- Harada, J. (2015, 11 de setembro) Qual é a diferença entre embaixada e consulado? *Mundo estranho*. Editora Abril, n. 167. Recuperado em 26 de outubro de 2017, de <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/qual-e-a-diferenca-entre-embaixada-e-consulado>

- Hirigoyen, M. (2006) *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física* (Cap. 2, pp. 27-69). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Holanda, A. F. (2003) Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética: elementos para um entendimento metodológico. In: M. A. T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs.) *Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas* (pp. 41-64). Campinas: Alínea.
- Instituto Nacional de Estatística (2013) *Comunidade brasileira é a maior comunidade estrangeira em Portugal*. Recuperado em 27 de outubro de 2017, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_bou-i=157606674&DESTAQUESmodo=2
- International Organization for Migration (2013) *Taking action against violence and discrimination affecting migrant women and girls*. Recuperado em 10 de outubro de 2017, de http://publications.iom.int/system/files/pdf/violence_against_women_in-fosheet2013.pdf
- Jarschel, H. & Nanjari, C. C. (2008) Religião e violência simbólica contra as mulheres. *Anais do Fazendo Gênero: corpo, violência e poder*, Florianópolis, SC, Brasil, 2008, 8. Recuperado em 15 de outubro de 2017, de http://fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Jarschel-Nanjari_62.pdf
- Krob, D. B. (2014) A igreja e a violência doméstica contra as mulheres. *Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST*, São Leopoldo, RS, Brasil, 2. Recuperado em 24 de outubro de 2017, de <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/221/197>
- Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (2006) Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República.
- Lima, J. S., Soares, M. O., Vargas, M. M. & Barletta, J. B. (2013) Autoestima e estratégias de enfrentamento de mulheres que sofrem violência doméstica: uma experiência de diagnóstico participativo. *Encontro: Revista de Psicologia*, 16 (24), 43-53.
- Lopes, M. L. P. & Freire, S. M. V. (2013) União estável no direito brasileiro e português: o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidade familiar. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, ano 2 (10), 11011-11045.
- Neves, A. S. A. das, Nogueira, M. da C. O. C., Topa, J. B. & Silva, E. G. (2016) Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de Gênero. *Estudos de Psicologia*, 33 (4), 723-733.
- Oliveira, E. N.; Neto, F. & Lima, G. F. (2017) Violence in Immigrants: effects on health, perception of discrimination and loneliness. *International Archives of Medicine*, 10 (226), 1-11. Recuperado em 26 de outubro de 2017, de <http://imedicalsociety.org/ojs/index.php/iam/article/view/2597/2245>
- Oliveira, E. N., Neto, F. F. M., Freire, A. S., Félix, T. A., Moreira, R. M. M. & Lima, G. F. (2016) Saúde de imigrantes: estudos com brasileiros baseados em evidências. *SANARE*, 15 (1), 74-81.
- Padilla, B. (2005) *Integration of Brazilian immigrants in Portuguese society: problems and possibilities* [Working Paper Nº 1]. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, Portugal. Recuperado em 21 de dezembro de 2017, de <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1999/1/wp200501.pdf>
- Padilla, B., Fernandes, G. & Gomes, M. S. (2010) Ser brasileira em Portugal: imigração, gênero e colonialidade. In: F. Carvalho, M. B. Souza, M. Callou & M. Rubirata (Eds.) *1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa* (pp. 113-120) Barcelona: Universitat de Barcelona. Recuperado em 16 de outubro de 2017, de <https://seminariobrasileuropa2010.files.wordpress.com/2011/01/livro-i-seminc3a1rio-de-estudos-sobre-imigrac3a7c3a3o-brasileira-na-europa.pdf>
- Pontes, L. (2004) Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, n. 23, 229-256. Recuperado em 16 de outubro de 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a08.pdf>
- Pontes, B. & Cavalcante, V. R. (2016) Religiões judaico-cristãs e o enfrentamento à violência de gênero: a realidade brasileira. *Mandragora*, 22 (2), 31-65. Recuperado em 18 de outubro de 2017, de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/6647/5536>
- Raposo, P. (Coord.) & Togni, P. C. (2009) Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: gênero e migração. Lisboa: ACIDI. Recuperado em 27 de outubro de 2017, de <http://multi.drealentejo.pt/biblioteca/docs/Igualdade%20de%20g%C3%A9nero%20-%20cig/fluxos%20matrimoniais%20entre%20brasileiras%20e%20portugueses.pdf>
- Razera, J., Cenci, C. M. B. & Falcke, D. (2014) Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6 (1), 47-51. Recuperado em 20 de dezembro de 2017, de https://www.researchgate.net/publication/284345309-Violencia_Domestica_e_Transgeracionalidade_Um_Estudo_de_Caso
- Reis, A. A. (2010) O atendimento psicológico às mulheres em situação de violência no Centro de Referência Maria do Pará: um balanço após dois anos de funcionamento. *Revista do Nufen*, ano 2, 1 (1), 134-139. Recuperado em 23 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v2n1/a08.pdf>
- Santos, A. C. W. & Moré, C. L. O. O. (2011) O impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (2), 220-235.
- Santos, C. M. & Izumino, W. P. (2005) Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 16 (1), 147-164.
- Secretaria de Políticas para as Mulheres (2012). *Balanço semestral - janeiro a junho de 2012: Ligue 180*. Recuperado em 20 de dezembro de 2017, de <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/balanco-semester-ligue-180-2012>
- Secretaria de Políticas para as Mulheres (2013a) *Balanço semestral - janeiro a junho de 2013: Ligue 180*. Recuperado em 20 de dezembro de 2017, de <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013/balanco-ligue-180-janeiro-a-junho-2013>
- Secretaria de Políticas para as Mulheres (2013b, 26 de fevereiro) *SPM traça perfil inédito de atendimentos do Ligue 180 a brasileiras no exterior*. Disponível em: < http://www.spm.gov.br/area-imprensa/timas_noticias/2013/02/26-02-spm-traca-perfil-inedito-de-atendimentos-do-ligue-180-a-brasileiras-no-exterior>. Acesso em: 20 dez. 2017.

- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2017). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo: 2016*. Recuperado em 09 de outubro de 2017, de <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>
- Silva, G. V. (2013) A violência de gênero no Brasil e o gemido das mulheres evangélicas. *Revista Discernindo*, 1 (1), 131-142. Recuperado em 26 de dezembro de 2017, de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/discernindo/article/view/4773/4058>
- Topa, J., Neves, S. & Nogueira, C. (2013) Imigração e saúde: a (in)acessibilidade das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde. *Saúde e Sociedade*, 22 (2), 328-341.
- United Nations (2011). *Violence Against Women*. Recuperado em 10 de outubro de 2017, de http://www.un.org/en/women/endviolence/pdf/pressmaterials/unite_the_situation_en.pdf
- United Nations (2016). *International Migration Report 2015: Highlights*. Recuperado em 09 de outubro de 2017, de http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf
- United Nations Population Fund (2015) *Policy brief: female migrants*. Recuperado em 10 de outubro de 2017, de https://unitar.org/dcp/sites/unitar.org.dcp/files/uploads/unfpa_-_policy_brief_on_female_migrants.pdf
- Vasconcelos, V. N. P. (2005) Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. *Revista Ártemis*, n. 3. Recuperado em 17 de outubro de 2017, de <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2209>
- Watters, C. (2013) Migração, identidade religiosa psicossocial e saúde mental no século XXI. In: M. H. de Freitas, J. G. de Paiva & C. de Moraes (Orgs.). *Psicologia da Religião no Mundo Ocidental Contemporâneo: Desafios da Interdisciplinariedade*, v. 1 (pp. 149-160). Brasília: Universa.
- Zancan, N., Wasserman, V. & Lima, G. Q. (2013) A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando Famílias*, 17 (1), 63-76.

Recebido: 10.02.2018 / Corrigido: 24.08.2018 / Aprovado: 13.09.2018